



A BUROCRACIA DO SINPEEM ESCANCARA SUA POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES, TANTO COM NUNES/MDB QUANTO COM LULA/ALCKMIN

Boletim nº 36 - 27/11/2025

Enecessário fazer um balanço do último período para compreendermos a política responsável pelas sucessivas derrotas impostas aos trabalhadores da educação municipal de São Paulo. As perdas se acumulam, principalmente, após a aprovação da reforma da previdência em 2018, que ampliou o tempo de trabalho e de contribuição, seguida do confisco dos aposentados e do aumento da contribuição previdenciária para 14%. Desde então, os servidores sofrem com a intensificação do arrocho salarial e a perda de direitos (diminuição das faltas abonadas, mudanças na concessão de licenças médicas, etc).

No entanto, é necessário destacar também o último período de ataques sucessivos, que ocorrem sem uma luta radicalizada e sem a resistência organizada dos trabalhadores: desde a aprovação da Lei 18.221/2024, que caracterizamos como uma antecipação de elementos da Reforma Administrativa que tramita em âmbito nacional, impondo retrocessos às conquistas trabalhistas, a exemplo do início da privatização da gestão das escolas, alteração nos processos de atribuição de classes/aulas, imposição da redução da jornada com redução de salário aos professores readaptados, redução do módulo de professores nas escolas, ampliação da privatização na Educação Infantil, imposição do SPI (reduzindo ainda mais o módulo das escolas), dentre outros. Importante retomar aqui

qual tem sido a política da direção do SINPEEM desde a aprovação desta lei no apagar das luzes de 2024:

- Manteve o “calendário de lutas” imobilista imposto à categoria no congresso de Outubro/2024, com início da campanha salarial para o final de Março/2025, desconsiderando completamente os ataques contidos da 18.221/24, que justificava a antecipação e implementação de um verdadeiro e eficaz calendário de lutas por meio de um movimento organizado para não iniciar o ano letivo de 2025;
- Para conter a disposição de luta dos trabalhadores, que compreendiam instintivamente a necessidade de não iniciar o ano letivo enquanto o governo não revogasse a 18.221/24, buscou iludir a categoria com as saídas judiciais, impetrando ação de constitucionalidade e se apoioando em liminares para retardar a implementação da lei, desconsiderando completamente que a justiça é burguesa, ou seja, contra os direitos dos trabalhadores e que, portanto, os interesses privatistas deste governo têm respaldo de outras instâncias, inclusive do judiciário.
- Em substituição à convocação de uma assembleia no início do ano letivo - para que os trabalhadores pudessem decidir sobre a antecipação do calendário de lutas, convocou uma plenária em local fechado, no sábado (08/02/25), que não deliberou absolutamente nada, pois os pelegos da direção dos 3 sindicatos que compõem a COEDUC (SINPEEM/SEDIN e SINESP), após tentar ludibriar os presentes com um discurso de que não havia disposição de luta, comunicou que a plenária não tinha caráter deliberativo;
- Convocou, sem deliberar em instância nenhuma, uma manifestação cultural “Bloco Unidos pela Educação” para um domingo (23/02/25) na avenida Paulista (que é fechada aos domingos), com o discurso falacioso de fazer o governo recuar.
- Na primeira assembleia do ano, em 18/03/25, a burocracia manobra a votação e adia, ainda mais, o início da greve para o dia 30/04. E, assim que terminou a assembleia, distribuiu um boletim da COEDUC com um calendário de mobilizações regionais sem greve, atendendo à chantagem feita por Nunes no dia anterior à assembleia - de que nosso direito de greve é legítimo desde que não prejudique o atendimento nas escolas. Alertamos que as paralisações regionais se configuraram em clara ameaça dos burocratas ao método grevista. Atuamos nos atos regionais afirmando que a fragmentação da luta era o caminho da derrota.
- No dia 22/03/25, a burocracia precisou convocar mais uma plenária inócuia para justificar suas manobras na assembleia do dia 18/03, e tentar convencer os trabalhadores de que as paralisações regionais eram um “método inovador” para enfrentar o governo. Alguns dias depois, o prefeito Nunes, numa clara demonstração de que todas essas ações pacifistas

das direções sindicais eram inofensivas para fazê-lo recuar, envia para câmara municipal o PL do “reajuste” dos servidores, com valor abaixo da inflação e parcelado.

- A assembleia do dia 16/04/25 aprova a greve unificada do funcionalismo municipal à revelia das direções divisionistas da COEDUC. No entanto, a greve, que se estendeu até o dia 06/05/25, contou com a atuação divisionista e imobilista das direções para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores com as inócuas vigílias na frente da câmara municipal, ou seja, sem nenhuma ação radicalizada, que sequer pode ser defendida nas assembleias completamente controladas pelos burocratas, por meio do silenciamento da base e das forças políticas opositoras. O resultado foi mais uma derrota da categoria, que além do arrocho salarial também amargou o desconto de parte dos dias de greve em função de um acordo feito entre a COEDUC e o governo para não incidir descontos apenas para quem conseguisse repor até 31/07/25. Em meio ao acordo extremamente rebaixado de suspensão da greve, o governo também impôs 40 dias de quarentena, acatados pelas direções sindicais, o que permitiu que o governo iniciasse seu plano de privatização da gestão das escolas sem temer uma luta grevista contra o novo ataque.
- Manteve o congresso sindical distracionista e festivo, com um agravante neste ano: atropelar inclusive as duas

únicas plenárias com uma série de manobras, que terminou com a imposição de um plano de lutas lido e aprovado automaticamente por meio de ação truculenta, que mesmo diante de uma manifestação espontânea de parte dos delegados que ocupou o palco solicitando a retomada dos debates e respeito à democracia operária, o burocrata seguiu lendo sozinho e aprovando automaticamente suas proposições até o final da plenária. A conclusão é de mais um ano com um plano de lutas imobilista e de conciliação de classes que foi imposto para frear as lutas da categoria.

- SINPEEM participa da marcha a Brasília contra a reforma administrativa, demonstrando, junto às direções das centrais sindicais (CUT/CTB), que não irá organizar a luta efetiva para derrubar a contrarreforma, mas atuará na retaguarda, mais uma vez, apostando em emendas parlamentares que minimizem a ação violenta dessa reforma contra o funcionalismo público, com a finalidade de preservar a governabilidade e reeleição de Lula em 2026.

Dessa forma, o processo de adaptação à democracia burguesa e de degeneração da direção burocrática do SINPEEM se aprofunda de forma acelerada, sendo cada vez mais evidente à categoria. Não foi à toa, durante o legítimo ato de ocupação do palco no congresso, que o presidente do sindicato berra aos quatro cantos que os ativistas ali seriam expulsos do sindicato, escancarando seu rompimento total com a democracia sindical

e sua estreita relação com os governos de turno, contra os trabalhadores. Essa fala já estava implícita em discursos de diretores do seu grupo e simpatizantes em RE's e CR's, que insistiam em termos “práticas antissindicais” ao se referir à UICC ou a outros grupos abertamente mais críticos, sem especificar o que seriam essas práticas, mas claramente seria um subterfúgio para afastar da estrutura do sindicato aqueles que se opõem e que denunciam suas traições.

Como pode ser evidenciado nos fatos descritos acima, o prefeito bolsonarista da cidade de São Paulo tem as mãos livres para impor suas medidas. Com as direções sindicais traidoras, a extrema direita se fortalece em São Paulo e em todo o país, sem que tenha de enfrentar as lutas das massas, contidas por suas ações colaboracionistas. Todos aqueles que subordinam ou negam abertamente a luta de classes em detrimento das disputas eleitorais ou de negociações no campo da política burguesa estão cumprindo um papel de fortalecimento das tendências direitistas da burguesia e de seus governos. Traem e abandonam as reivindicações e os métodos que de fato defendem os assalariados perante os ataques para aplicar os métodos e a política do governo. Portanto, a Unidade Independente Classista e Combativa condena a Vanguarda que defende uma política revolucionária no sindicato, a exigir das direções sindicais a retomada da luta direta, coletiva, contra as ofensivas dos governos de turno, que avançam contra as conquistas trabalhistas.

UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



INDEPENDENTES